

**Da oposição ao governo: uma análise comparada das mudanças ocorridas no Partido dos Trabalhadores (PT), na Frente Ampla (FA) e no Partido Socialista do Chile (PSCh)**

**Carlos Ranulfo F. Melo**

**DCP-UFMG**

Versão preliminar e em desenvolvimento. Solicita-se não citar sem a autorização do autor

Trabalho a ser apresentado no 10<sup>o</sup> Encontro da  
Associação Brasileira de Ciência Política  
Área Temática: Eleições e Representação Política  
Belo Horizonte, 30 de julho a 02 de agosto

## Introdução

Desde o final do século passado, a América do Sul assistiu a uma singular sequência de vitórias de partidos situados à esquerda nas eleições presidenciais, inaugurando uma “onda” que até os dias de hoje não dá sinais de refluir. Entre 1998 e 2013 assumiram os governos de seus países: Hugo Chávez (1998, 2000, 2006 e 2012) e Nicolas Maduro (2013) na Venezuela; Ricardo Lagos (2000) e Michelle Bachelet (2006 e 2013) no Chile; Lula (2002 e 2006) e Dilma Rousseff (2010 e 2014) no Brasil; Néstor Kirchner (2003) e Cristina Kirchner (2007 e 2011) na Argentina; Tabaré Vázquez (2004) e José Mujica (2009) no Uruguai; Evo Morales (2005 e 2009) na Bolívia; Rafael Correa (2006, 2009 e 2013) no Equador e Fernando Lugo (2008) no Paraguai.

Nos últimos dois anos, a maré vem dando sinais de mudança, como mostram a derrota do kirchnerismo na Argentina e do PSUV nas eleições legislativas na Venezuela, o revés sofrido por Evo Morales no plebiscito na Bolívia e, por fim, o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República no Brasil em um processo que pode ser caracterizado como um golpe legislativo – um *impeachment* no qual, ao contrário do que determina a constituição, não ficou caracterizada a ocorrência de um crime de responsabilidade<sup>1</sup>.

Não obstante, o fenômeno despertou a atenção da literatura e, além de uma extensa produção nos diversos países, deu início a uma profícua agenda de pesquisa comparada (Roberts, 2007; Seligson, 2007; Lanzaro, 2008; Cameron, 2009; Luna e Filgueira, 2009; Weyland, 2009; Weyland, Madrid e Hunter, 2010; Cameron e Hershberg, 2010; Madrid, 2010;; Levitsky e Roberts, 2011, Roberts, 2014, dentre outros).

Este trabalho pretende analisar a chegada da esquerda ao governo abordando o problema sob outro ângulo: o impacto de tal evento sobre os partidos que estiveram à frente do processo. Serão comparados os casos do Partido dos Trabalhadores (PT), da Frente Ampla (FA) e do Partido Socialista de Chile (PSCH). O PSCH, no interior da *Concertación*, esteve à frente da presidência chilena entre 2000 e 2009 e, posteriormente, de 2014 em diante. O PT ocupou o Executivo federal brasileiro desde entre 2003 e 2016, ao passo que a FA obteve sua primeira vitória em 2004 e mantém-se até os dias de hoje na condução de seu país.

Na escolha dos casos foi levada em conta a relativa similaridade entre os três partidos, no que se refere ao grau de institucionalização. Por este motivo não foram considerados os casos do Partido Justicialista (PJ), do Movimento Pátria Altiva e Soberana (PAIS), do Movimento V República (MVR) e do Movimento ao Socialismo (MAS). O PJ é mais bem caracterizado como um partido populista de massas (Levitsky, 2003) e ainda que possa ser considerado um partido institucionalizado (Levitsky e Roberts, 2011), sua extrema fluidez organizacional, bem como a prevalência de vínculos baseados em relações personalistas e de patronagem, permitem diferenciá-lo de forma significativa dos três partidos aqui analisados. MVR e PAIS, por sua vez, simplesmente não existiam cerca de um ano antes das campanhas eleitorais que conduziram Chávez e Correa à presidência de seus respectivos países (Maya, 2011; Conaghan, 2011), o que tornaria sem sentido indagar sobre mudanças verificadas em suas estruturas. Por fim, ao conquistar a Presidência de República na Bolívia, o Movimento ao Socialismo já possuía alguns anos de estrada, mas sua estrutura interna – limites imprecisos relativamente ao entorno, ausência de similaridade organizacional entre as áreas de implantação e prevalência de relações internas horizontais – apenas permitia situá-lo na confluência entre um movimento e uma organização partidária (Anria, 2010).

---

<sup>1</sup> Polêmica a parte, o fato é que o segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff foi marcado pela crise. Com o país em recessão e abalado pelas investigações relativas à corrupção na Petrobrás – que atingiram partidos da base, como o PT, o PMDB e o PP, além de algumas lideranças da oposição – Dilma enfrentou fortes protestos de rua e perdeu sustentação no Congresso que, de forma sistemática, passou a boicotar todas as suas tentativas de resolução do impasse no plano da economia. No início de 2016 o governo encontrava-se sem condições de levar à frente sua agenda.

O problema a ser investigado remete às transformações verificadas no mapa organizacional de cada partido em função da conquista, e manutenção, do governo. As transformações de interesses são aquelas que dizem respeito (1) à base dos partidos (número de filiados e relação com sociedade), (2) à sua máquina (a malha organizativa nos municípios, a organização e composição das direções nacionais – executivas e diretórios – no que se refere ao peso das diferentes tendências/facções, o perfil e o grau de profissionalização dos dirigentes), e (3) ao processo decisório (mecanismos de participação nas discussões programáticas e nos processos de escolha de dirigentes e candidatos, grau de liberdade das comissões executivas e de concentração/dispersão do controle sobre as principais secretarias). O objetivo é verificar se mudanças nestas dimensões da vida partidária tiveram como resultado um aumento na concentração de recursos (financeiros e de staff), na centralização decisória, na autonomia dos dirigentes nacionais e na ascendência da “esfera pública” sobre o conjunto do partido.

Segundo a literatura (Kirchheimer, 1966; Panebianco, 1988; Katz and Mair, 1993, 1994 e 2002; Mair, 1995; Dalton and Wattenberg, 2000; Cain, Dalton e Scarrow, 2003; Dalton, 2004, Crotty, 2006; dentre outros), a expectativa é de que os quatro partidos sejam submetidos a fortes tensões internas na medida em que o crescimento eleitoral, a eleição de bancadas expressas e, por fim, a chegada ao governo, colocam em questão pontos chave de suas concepções e modelos organizativos originais.

O argumento aqui defendido, a hipótese básica de trabalho, é que embora deva se esperar que as modificações tenham um mesmo sentido geral – a concessão de mais recursos, maior poder decisório e autonomia às lideranças vinculadas à “esfera pública” do partido – o seu ritmo e profundidade irão variar de acordo com: (a) o modelo genético de cada partido; (b) o desenvolvimento posterior de sua organização, especificamente, no que se refere às características assumidas pela sua coalizão dominante e às relações estabelecidas entre suas três faces (a base, a máquina partidária e a representação na esfera pública); e (c) o grau de constrangimento, interno e externo, ao qual se encontravam submetidas as lideranças partidárias por ocasião e após sua chegada ao governo<sup>2</sup>.

### ***Mudanças organizacionais nos partidos políticos***

A análise das transformações sofridas pelos partidos políticos tem uma longa história. Ora o foco esteve nos processos endógenos às organizações (Michels, 1915; Panebianco, 1988), ora a mudança organizacional era tratada como desdobramento da competição eleitoral e/ou do exercício do governo (Kirchheimer, 1966; Mair, 1995; Dalton e Wattenberg, 2000; Katz and Mair, 2002). Foi ao analisar a experiência eleitoral de alguns partidos socialistas europeus, que Duverger anunciou a tese do “contágio pela esquerda”: os partidos de massa seriam os protótipos dos partidos modernos, não cabendo às organizações de notáveis outra alternativa senão a de adequar sua estrutura organizacional. Para Duverger, os partidos norte-americanos seriam tão somente uma expressão de um atraso organizativo em relação aos partidos do velho continente. Como se sabe, a opinião foi contestada por Epstein, para quem a organização adotada por Republicanos e Democratas – pragmáticos, flexíveis, descentralizados – seria mais adequada ao jogo praticado nas democracias liberais. O contágio tenderia a se dar, portanto, “pela direita”.

A tese de Epstein havia sido amplamente desenvolvida por Kirchheimer (1966), para quem o partido de massa teria representado uma etapa em vias de superação. Segundo o autor, nas

---

<sup>2</sup> A variável é sugerida por Luna (2010) em sua análise sobre os governos de esquerda na América Latina. Além das mudanças de cunho organizacional, a literatura, a começar por Kirchheimer, destaca também as mudanças de cunho ideológico/programático. Tais mudanças não serão objeto de atenção neste trabalho, a não ser quando se relacionem às alterações do primeiro tipo.

duas décadas seguintes à guerra, os níveis de desenvolvimento, bem estar e securidade alcançados estariam tornando os indivíduos menos dependentes dos partidos. O estado estaria garantindo cidadania política e social e os partidos passariam a se especializar naquilo que seria sua função própria, ou seja, o jogo na arena eleitoral. A tendência ao *catch all* seria extensiva aos partidos efetivamente competitivos e que não tivessem sua razão de ser estreitamente vinculada a setores específicos (religiosos, regionais, étnicos), mas afetaria de forma mais clara os partidos de massa. Estes, deixando de lado a tentativa de integrar moral e intelectual seu eleitorado e buscando ampliar seu apoio entre setores sociais próximos a este, passariam a ampliar o discurso e a flexibilizar o programa, enfatizando temas de aceitação geral e menos propensos a levantar resistências. Estavam em curso, de acordo com Kirchheimer, mudanças organizacionais que incluíam: drástica redução no papel da ideologia como elemento de mobilização e coesão, diminuição no papel dos ativistas de base, alteração nas relações com as organizações como os sindicatos, abertura de espaço para os mais diversos grupos de interesse, e o crescimento da margem de manobra das lideranças vis a vis os mecanismos de controle partidário.

Panebianco (1988) retomaria a discussão dos partidos enquanto organização e às características apontadas por Kirchheimer iria acrescentar a progressiva profissionalização como um dos traços mais marcantes dos partidos modernos. Na caracterização do partido eleitoral-profissional, o autor dialoga com a clássica tese de “lei de ferro” da oligarquia formulada por Michels e procura refutar a hipótese de que as alterações de ordem organizativa apontadas pelo último terminariam por fazer com que os objetivos inicialmente proclamados sejam substituídos pelo único que realmente importa – a sobrevivência do partido. Para fazê-lo, Panebianco argumenta que o processo de institucionalização de um partido corresponde à passagem de um “sistema de solidariedade” a um “sistema de interesse”, no qual os fins inicialmente proclamados continuam a ser perseguidos, mas de forma articulada, e subordinada, à manutenção da estabilidade organizacional.

A abordagem de Panebianco revela-se útil para os casos em tela – PT, FA e PSCh – uma vez que em todos eles o nascimento do partido esteve associado à criação de uma “área de igualdade” na qual os participantes se sentiam vinculados a uma causa com a qual se identificavam e que era suficiente para motivar sua participação. Em situações como estas, o desenvolvimento e a consequente aplicação de uma “linha política” capaz de manter a competitividade eleitoral e de, quando for o caso, sustentar planos de governo, sem romper, pelo menos totalmente, com a rede de lealdade inicialmente criada é um permanente desafio para as lideranças.

Da mesma forma, os três partidos surgiram como desafiantes – e faz muita diferença crescer na oposição ou nascer no governo. No primeiro caso, por não poderem contar com recursos provenientes do Estado e seu aparato e não merecerem a mesma atenção dispensada pelos grupos de interesse aos governistas, os partidos têm que contar com suas próprias pernas, o que faz com que a existência de vínculos robustos com setores da sociedade civil seja decisiva para a sobrevivência da organização (Boix, 2007), quer ela desenvolva ou não uma estrutura dotada de maior organicidade<sup>3</sup>. Por outro lado, quanto mais recursos públicos puderem ser utilizados para fins de competição partidária e quanto menos autônoma em relação à política e menos dotada de espírito de corpo for a burocracia estatal, menor será o estímulo de líderes de partidos nascidos no governo para buscar estreitar vínculos com setores da sociedade civil e/ou promover um forte desenvolvimento organizativo (Panebianco, 1988).

Evidentemente, a passagem de uma posição a outra adquire relevo para a análise que aqui se pretende desenvolver. De acordo com Panebianco, mesmo aqueles partidos que se

---

<sup>3</sup> Como destaca Levitsky (2005) para o caso da América Latina, partidos dotados de base de massa, como o PJ, não necessariamente evoluem no sentido de seus “similares” europeus e podem alcançar um estado de estabilidade organizativa mesmo em um quadro de baixa institucionalização.

organizaram na oposição, tendem a experimentar processos de desinstitucionalização quando conquistam o governo ou se aproximam desta condição. A tendência, nestes casos, é que o partido se veja diante de uma grande mudança organizacional. De um lado, porque o mapa organizativo tende a inclinar-se ainda mais para aquilo que Katz e Mair (1993, 2002) denominam como o partido na esfera pública, que passa a controlar uma gama muito maior de recursos que a máquina burocrática partidária. De outro, porque a chegada ao governo atrai a atenção dos grupos de interesses que passam a convergir seu trabalho de lobby em direção ao partido e de seus membros em posição de destaque.

Coube a Katz e Mair (1993, 1994, 2002, 2009) a tentativa de explorar o estreitamento da relação entre partidos e estado nas democracias contemporâneas. Segundo os autores, os partidos estariam deixando de atuar como intermediários entre a sociedade civil e o estado para se tornarem agentes deste último. Tal processo teria sido acentuado na medida em que, a começar pelas democracias mais longevas, os tradicionais partidos de oposição foram sendo incorporados aos governos de seus países. Desta forma, sustentam os autores, os partidos passaram a compensar a perda de robustez de seus vínculos com a sociedade civil – na medida em que o partido de tipo *catch all* é inerentemente uma organização com laços mais fluidos com o eleitorado e, portanto mais sensível a oscilações conjunturais – com a apropriação e o uso sistemático para fins da competição política, de recursos oriundos da máquina pública.

Ainda que questionada (Koole, 1996; Wolinetz, 2002; Gunther e Diamond, 2003, Detterbeck, 2005; Scarrow, 2006)<sup>4</sup>, a contribuição de Katz e Mair com o *cartel party* chama a atenção para aspectos relevantes tanto da competição como da organização partidária nas atuais democracias. No que se refere à competição faz sentido supor que a chegada dos partidos de trajetória oposicionista ao governo, ainda mais em um contexto onde as opções de governo à esquerda encontram-se severamente constrangidas pelo cenário econômico internacional, contribua para o movimento de convergência entre as maiores legendas em cada país. E embora não seja capaz de impedir a emergência de desafiantes e a consequente fragmentação do sistema partidário (Scarrow, 2006), o sentimento de estar no “mesmo barco” – tanto no que se refere às dificuldades relativas à “boa governança” como no que diz respeito aos recursos necessários à sua própria sobrevivência – levaria os partidos a configurarem um modelo de competição política cartelizada (Detterbeck, 2005; Ribeiro, 2013), no qual seria cada vez mais evidente a despolitização de certos temas (transferidos para o âmbito de esferas técnicas) ou a deslegitimação de outro tanto com base em argumentos “realistas” (Katz and Mair, 2009).

No que se refere às mudanças organizacionais, de acordo com Katz e Mair, o estreitamento das relações entre os partidos e o estado propiciou uma fonte estável de recursos por meio dos quais foi possível que os primeiros aumentassem seu *staff* – até o ponto em que a ocupação de cargos públicos vinculados aos partidos passou a representar a mais promissora via para se viver “da política” – e promovessem uma completa profissionalização das campanhas eleitorais. No curso deste processo, a disputa pelo poder no interior dos partidos modernos pendeu, de forma definitiva, para a esfera pública em detrimento da máquina partidária. Consequentemente, os órgãos diretivos dos partidos (*the party in central office*), enquanto tal, perderam a autonomia e a capacidade de exercer o controle sobre as demais esferas. Seus postos passaram a ser ocupados por membros do partido no governo, ou na

---

<sup>4</sup> De acordo com Koole (1996), a descrição do *cartel party* é imprecisa e mais relevante como descrição da dinâmica de um sistema partidário e não de um novo tipo de partido. Wolinetz (2002) caminha na mesma direção e ainda que reconheça méritos na tentativa, argumenta que faltam dados mais conclusivos de que o suporte do estado tenha provocado alterações organizacionais nos partidos. Gunther e Diamond (2003:193), na tentativa de estabelecer uma nova tipologia para os partidos não incorporam o *cartel party* e assumem que se tivessem que fazê-lo tenderiam a agrupá-lo no tipo *electoralist party*.

bancada parlamentar, ou ainda por pessoas a eles vinculadas. Em poucas palavras, os interesses vinculados à “esfera pública” tornaram-se, sem espaço para ambiguidade, os interesses do partido (Katz and Mair, 2009).

Ao deslocamento da “máquina partidária” teria correspondido o enfraquecimento da base do partido enquanto força organizada e seu engajamento de forma individualizada. Por um lado, interessava aos líderes manter a participação – um recurso ainda valioso para a captação de votos e para os processos de legitimação interna. Por outro, era preciso lidar com a potencial discordância entre líderes cada vez mais desejosos de autonomia e os ativistas – enquanto uns tendem a estar de olho nos votos e miram no eleitor mediano, outros podem dar prioridade a políticas e preferir escolhas mais arriscadas do ponto de vista eleitoral. Segundo Mair (1994) e Katz and Mair (2002), a saída encontrada para o dilema foi a de incentivar a participação direta dos filiados “comuns”, sem a intermediação das estruturas partidárias, diminuindo o peso dos congressos, das lideranças intermediárias e dos ativistas. Desorganizados, os filiados seriam ameaça menor ao poder dos líderes e poderiam ser convidados a uma maior participação na empreitada partidária. O padrão geral seria o seguinte: o partido se reforça no governo e se autonomiza, a direção se profissionaliza e os membros são chamados a participar individualmente.

É possível chegar à mesma conclusão dos autores a partir do argumento apresentado por Panebianco (1988), segundo o qual o poder pode ser lido como uma relação de troca desigual. Se os líderes trocam participação por poder e legitimação interna, é fato que o poder de barganha dos filiados tende a ser menor do que o dos militantes, uma vez que estes, de um modo geral ou encontram-se organizados em tendências/facções e/ou participam de forma constante da vida partidária por meio dos órgãos intermediários dos partidos. Não obstante, não é possível desconsiderar a observação feita por Scarrow, Webb e Farrell (2000): para os autores seria preciso levar o argumento da mobilização cognitiva a sério e, neste sentido, conferir mais crédito ao papel a ser desempenhado pelos filiados em seus partidos – afinal, nem eram os modelos tradicionais de organização partidária um exemplo de democracia, nem há porque partir do suposto de que os “membros comuns” dos partidos não seriam capazes de realizar julgamentos informados e razoáveis no que se refere a questões como a seleção de líderes candidatos ou mesmo de políticas. A observação dos autores remete a um debate importante para os objetivos desta pesquisa, qual seja, o de saber se mecanismos de participação/consulta direta respondem de forma prioritária a uma necessidade de legitimação e são conducentes a uma maior poliarquização no interior dos partidos ou são um dos desdobramentos do processo de cartelização e, como tal, apenas aumentam a autonomia dos líderes e, no limite, reforçam as tendências oligarquização<sup>5</sup>.

Finalmente cabe mencionar formulações mais recentes e que se referem ao processo de “presidencialização” dos partidos políticos. De acordo com Poguntke and Webb (2005), o fenômeno da presidencialização da política pode ser entendido como um processo por meio do qual se observa (a) um aumento dos recursos de poder e da autonomia dos líderes nos partidos e no exercício do poder executivo e (b) campanhas eleitorais crescentemente centradas nos candidatos. De acordo com Passarelli (2015: 3), “a presidencialização da política significa a presidencialização dos partidos ou, melhor ainda, trata-se de um fenômeno que advém do comportamento dos partidos políticos”. Obviamente, no que se refere ao mapa organizacional dos partidos, o crescente poder e autonomia das lideranças *públicas* seriam possíveis graças (1) ao aumento dos recursos materiais e humanos disponíveis na medida em que a legenda cresce no interior das instituições e (2) ao controle exercido sobre a máquina partidária, seja de forma direta, com a presença nos órgãos de direção, seja de forma indireta,

---

<sup>5</sup> A divergência aparece, por exemplo, na maneira como Amaral (2013) e Ribeiro (2014) abordam as consequências da adoção do Processo de Eleições Diretas (PED) no PT

por meio da introdução de processos internos capazes de diluir o peso de lideranças intermediárias e ativistas.

Segundo os autores, o fenômeno afeta o conjunto das democracias e não apenas os regimes presidenciais, embora possa ser mais evidente nestes últimos. Já para Samuels e Shugart (2010) o processo encontra-se mais intimamente vinculado à forma de governo. Na medida em que a vitória na disputa presidencial é o mais importante fator para o controle de recursos e políticas, os partidos tenderiam a se organizar e a se comportar mimetizando a estrutura institucional do presidencialismo. Nos termos dos autores, “presidential constitutions encourage the development of specifically presidentialized parties” (2010:12).

Como se pode perceber, a noção de presidencialização é convergente com as análises de Panebianco e Katz and Mair sobre as alterações nos partidos políticos. Cabe aqui, no entanto, registrar duas ressalvas. A primeira refere-se à assertiva, comum na literatura e presente no trabalho de Poguntke and Webb (2005), de que no presidencialismo o chefe do Executivo se notabiliza por possuir expressiva área onde pode atuar de forma autônoma, sem a necessidade de prestar contas a outros atores. A existência de tal área seria garantida pelo fato de que os presidentes encontram-se respaldados pelo voto popular e não podem ter seu mandato interrompido pelos legisladores, a não ser em caso de *impeachment*. Ora, tal suposição se esquece de que os presidentes querem governar e não apenas “sobreviver” no cargo. Desta forma, terão que “prestar contas” aos partidos e legisladores, submetendo-lhes seus projetos e negociando o que for necessário. A segunda remete ao trabalho de Samuels e Shugart (2010) e questiona a existência de uma relação quase mecânica entre o sistema presidencialista de governo e a organização partidária, ignorando outras variáveis, sejam elas referentes aos próprios partidos, a outros traços do arranjo institucional ou à dinâmica assumida pela competição entre os partidos. Somente assim é possível, por exemplo, explicar porque o maior partido brasileiro, o PMDB, não passou por um processo de presidencialização e mantém-se fortemente descentralizado (Melo e Nunes, 2015).

### ***Comparando PT, FA e PSCh – gênese, trajetórias e organização***

Feitas tais considerações, é possível retomar a hipótese central do projeto. Como dito anteriormente, espera-se que em todos os três partidos estejam presentes tendências que apontem no sentido de maior concentração de recursos e autonomia dos líderes. Mas argumenta-se que o ritmo e a profundidade das mudanças neste sentido irão variar de acordo com: (a) o modelo genético de cada partido; (b) as transformações em seu mapa organizacional, especificamente, as características assumidas pela sua coalizão dominante e as relações estabelecidas entre suas três faces (a base, a máquina partidária e a representação na esfera pública); e (c) o grau de constrangimento, no que se refere à relação com as respectivas bases sociais, a que se encontravam expostas as lideranças por ocasião e após sua chegada ao governo de seus países.

Toda organização traz consigo as marcas de sua fundação. De acordo com Panebianco (1988), o modelo originário de um partido, os traços que sustentam a sua gênese, podem se manter por décadas. Entre os fatores que possibilitam diferenciar os modelos genéticos está o modo como se iniciou a construção da organização; se por penetração ou por difusão territorial. A diferença básica está na conformação ou não, nos estágios iniciais do partido, de um *centro* capaz de controlar e estimular o desenvolvimento organizativo posterior. Neste aspecto é possível apontar diferenciações entre as três experiências.

A origem do PSCh remonta aos primeiros passos do movimento operário chileno, ainda no século XIX e em trajetória comum com os militantes que em 1921 fundariam o Partido

Comunista do Chile. A fundação do Partido Socialista viria a se concretizar em 1933, em um processo de unificação de vários agrupamentos de esquerda atuantes à época: Nueva Acción Pública; Acción Revolucionaria Socialista; Orden Socialista; Partido Socialista Marxista e Partido Socialista Unificado<sup>6</sup>. No Uruguai, com uma forte base sindical e apoio na classe média progressista, a Frente Ampla surge em 1971 como uma aliança entre setores ideologicamente diferenciados: os partidos Socialista, Comunista e Democrata Cristão, grupos menores de esquerda e correntes dissidentes dos tradicionais *colorados e blancos* (Garcé y Yafeé, 2006).

O caso da FA representa um exemplo mais nítido daquilo que Panebianco caracteriza como um processo de criação a partir da fusão de organizações preexistentes e, no caso, longevas: enquanto socialistas e comunistas uruguaios organizaram-se partidariamente ainda nas duas primeiras décadas do século XX, o Partido Democrata Cristão foi criado em 1945. Tal quadro imprimiu, já de partida, um caráter frentista à organização; caráter que se expressaria na garantia estatutária de participação dos grupos fundadores nos órgãos diretivos nacionais, nas regras para adesão de novos agrupamentos à legenda e na determinação de que tanto as bases programáticas como as regras que delineavam o “acordo político” então firmado só poderiam ser alteradas por unanimidade<sup>7</sup>.

O caso do Partido Socialista pode ser mais bem descrito como uma situação intermediária, na qual uma série de organizações – e no caso, mas próximas ideologicamente e dotadas de pouco tempo de existência – se aglutinam com a intenção de constituir um centro capaz de conduzir a legenda. Evidência neste sentido está na estruturação, em moldes leninistas, adotada pelo novo partido<sup>8</sup>. A existência de diversos “núcleos fundadores”, no entanto, deixaria sua marca, como mostra a trajetória de cisões, e eventualmente reunificações, que marca a história dos socialistas chilenos.

Embora também tenha atraído uma pluralidade de ativistas e setores sociais, na fundação do PT é possível detectar um *centro*, construído em torno de lideranças paulistas, fortemente ancorado no movimento sindical do ABC e composto ainda por intelectuais e membros das Comunidades Eclesiais de Base. Ressalva feita aos comunistas, articulados em torno do PC do B e do PCB, o partido atrairia ainda várias pequenas organizações da esquerda marxista<sup>9</sup>. Embora tenham sido importantes no processo de mobilização necessário para que o partido cumprisse os requisitos legais a tempo de participar das eleições de 1982 e se sentissem a vontade na dinâmica “basista” adotada nos primeiros anos e materializada nos Núcleos de Base (Meneguello, 1989; Keck, 1991; Amaral, 2013), tais grupos não teriam força suficiente para impor suas concepções programáticas e/ou para influir de forma decisiva nos rumos que o partido adotaria. Dessa forma, ainda que nos primeiros anos existissem “partidos dentro do partido”, seria incorreto caracterizar o PT como uma frente: as organizações de esquerda eram claramente sócios minoritários e veriam sua importância diminuir com o passar dos anos.

---

<sup>6</sup> <http://web.pschile.cl/>

<sup>7</sup> [www.frenteamplio.org.uy](http://www.frenteamplio.org.uy)

<sup>8</sup> A este respeito, ver Estatuto de 1933, disponível no site do partido.

<sup>9</sup> Aderiram ao processo de criação do PT as organizações trotskistas Causa Operária, Organização Socialista Internacionalista (OSI), Convergência Socialista e Democracia Socialista, além de grupos como a Ala Vermelha do PCB, o Partido Comunista Brasileiro revolucionário (PCBR), o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) e o Partido Revolucionário Comunista (PRC). Causa Operária e Convergência Socialista foram expulsas no início dos anos 1990 por não aceitarem a regulamentação das tendências aprovadas no I<sup>o</sup> Congresso do partido. A OSI e a DS se mantêm no partido até hoje, sendo que a primeira dividiu-se em duas correntes – O Trabalho e a Esquerda Marxista. Dos demais grupos, apenas o PRC teve expressão e dele participaram lideranças como o ex-deputado José Genoíno e o ex-governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro. Após sua dissolução em 1991, o PRC dividiu-se em duas tendências, uma mais moderada, a *Democracia Radical* (DR) e outra, situada mais à esquerda no espectro petista – a *Tendência Marxista* (TM). No século XXI a DR se desconstituiu e a TM juntou-se a outros grupos para formar a *Militância Socialista*.



De acordo com a literatura, um dos aspectos que permitem distinguir a dinâmica interna dos partidos refere-se ao grau de organização de seus grupos internos (Panebianco, 1988; Morgenstern, 2001). Grupos mais institucionalizados corresponderiam a facções enquanto grupos efêmeros deveriam ser classificados como tendências. Panebianco chama a atenção para a diferença entre as facções verdadeiramente nacionais – aquelas que cortam verticalmente o partido – e grupos geograficamente concentrados, que tendem a se situar em sua periferia. Seria característico das tendências, por sua vez, serem agregações de vértice, desprovidas de bases organizacionais ao longo do partido. Em sua análise sobre o *faccionalismo* do Partido Socialista chileno, Salcedo e Gamboa (2009), consideram como uma facção todos grupos estáveis, dotados de organização interna, reconhecidos pelo partido, e capazes de atuar de forma coordenada para atingir seus objetivos.

Dentre os partidos aqui analisados, Frente Ampla e Partido dos Trabalhadores ocupam posições polares no contínuo facção/tendência, ficando o PSCh a meio caminho. Com o tempo, após a redemocratização e a vitória em Montevideo (1989), e diante da expectativa da conquista da Presidência da República, a FA deixou de ser uma frente de partidos para se firmar como um partido de caráter coalizacional (Lanzaro, 2004; Yafeé, 2013). Como se sabe (Morgenstern, 2001), a existência de facções é uma característica dos partidos uruguaios e encontra-se fortemente associada à adoção, ainda em 1910, do sistema de *duplo voto simultâneo*, que permitia, e ainda permite no caso do poder legislativo, aos diversos grupos partidários o lançamento de listas próprias nos processos eleitorais. Ademais, no caso da Frente Ampla, dados apresentados por Yafeé (2013) mostram uma tendência ao aumento da fragmentação interna, como resultado do crescimento eleitoral do partido e de sua concentração territorial nas duas circunscrições (Montevideo e Canelones) onde se disputa o maior número de cadeiras legislativas.

Como seria de se esperar, dada a conformação inicial de cada partido, uma comparação entre o quadro interno da FA e do PSCh mostra uma maior organicidade dos grupos internos na primeira. Mais do que tendências, os partidos Socialista e Comunista no Uruguai são correntes internas que mantêm processos formais de adscrição, sedes e site próprios na internet. Mais ainda, dos mais de vinte setores formalmente reconhecidos no site da FA, outros dez (além do PS e do PC) possuem endereço físico e virtual<sup>10</sup>. Por sua vez, o estatuto do PSCh (Art. 51) proíbe a existência de facções com disciplina própria, sendo permitida apenas a existência de correntes de opinião, as quais não são reconhecíveis a partir do site oficial do partido. E ainda que Gamboa e Salcedo (2009) sustentem que a estabilidade e a forma de atuação de alguns setores internos permita a caracterização de facções, o quadro é de maior fluidez. Entre os socialistas chilenos apenas *Tercerismo*, *Nueva Izquierda* e *Colectivo de Identidad Socialista* podem ser identificados como agrupamentos estáveis desde os anos 1990. Os setores identificados com Jorge Arrate (o Arratismo) e com Ricardo Nuñez (o *Nuñismo*) mantêm-se precariamente articulados, ora atuando de forma unificada, ora se dispersando ao sabor das articulações eleitorais internas. Atualmente o partido é presidido pela Senadora Izabel Allende, eleita em 2015 pela *Nueva Maioria Socialista* – a sucessora de *Grandes Alamedas*, uma tendência construída em 2006 por iniciativa da própria senadora e em torno do qual se articulou um heterogêneo leque de forças. De toda maneira, mesmo os grupos mais estáveis, sempre se caracterizaram por grande fluidez em sua composição, sendo observada a

---

<sup>10</sup> Consulta realizada no site oficial do partido (<http://www.frenteamplo.org.uy>) em maio de 2016. Dentre os mais de vinte setores reconhecidos, possuem endereço fixo e site na internet: Partido Socialista de Uruguay; Partido por la Victoria del Pueblo; Movimiento de Participación Popular; Compromiso Frenteamplista; Partido Obrero Revolucionario; Partido Comunista de Uruguay; Partido Socialista de los Trabajadores; Asamblea Uruguay; Corriente de Acción y Pensamiento – Libertad; Nuevo Espacio; Partido Demócrata Cristiano; Vertiente Artiguista.

movimentação de dirigentes de um grupo a outro e, com mais frequência, a construção de coalizões estritamente vinculadas às circunstâncias eleitorais internas (Salcedo e Gamboa, 2009). Tal movimentação é facilitada pelo fato que as fronteiras entre os principais setores há muito deixaram de ser ideológicas e passaram a girar em torno de questões como as relações entre governo e partido ou as formas de se organizar o partido.

No PT, a possibilidade de que organizações de esquerda se mantivessem como “partidos dentro do partido” – com estrutura, jornal e finanças próprias – deixou de existir a partir do 1<sup>o</sup> Congresso, realizado em 1991. Por iniciativa da tendência majoritária no partido, o Congresso aprovou resolução que obrigava todas as organizações a aceitarem o “caráter estratégico” do PT e a se diluir organicamente, sob pena de expulsão. Progressivamente, a dinâmica interna do partido passaria a girar, no plano local, em torno dos mandatos eletivos, e no plano nacional, como um jogo entre tendências frouxamente organizadas, muitas vezes de existência efêmera, e incapazes de cortar verticalmente a estrutura partidária. A exceção ficaria por conta do já referido setor majoritário – a *Articulação* – que havia se constituído a partir do *centro* paulista e mantém-se ao longo de toda a trajetória do PT, podendo ser caracterizado como um grupo de interesse (Sartori), articulado em função da manutenção do poder no interior do partido.

De forma coerente com a trajetória dos partidos de esquerda, PT, FA e PSCh apresentam desenvolvimento institucional relativamente consistente. Sua estrutura interna denota bom nível de organicidade, as regras formais valem e são objeto de disputa, e a dinâmica é inclusiva. Apenas no caso da FA, no entanto, a participação interna ainda guarda alguma relação com a existência de organismos de base, traço peculiar aos partidos de esquerda. No PT, como mostra Amaral (2013), os Núcleos de Base só se mantiveram nos primeiros anos e deixaram de ter qualquer impacto na vida do partido desde meados dos anos 1980. No caso do PSCh, a retomada em 1990, já se fez sem seu concurso. Na FA os Comitês de Base têm o direito de eleger delegados aos Congressos e, a se crer nas informações disponíveis no site do partido, mais de uma centena deles mantêm-se ativos, com cronograma de reuniões definido.

Ainda que mantenham a tradicional dinâmica de congressos, entendidos como órgãos supremos em cada um dos casos, os três partidos adotam processos de eleição direta para seus órgãos diretores em todos os níveis, à exceção das Comissões Executivas, eleitas no âmbito do seu respectivo órgão. Nesse caso o pioneirismo coube ao PT que introduziu o *Processo de Eleições Diretas* (PED) por meio de decisão de Congresso em 1999. A partir de 2001, as direções zonais, municipais, estaduais, nacional e seus respectivos presidentes, os Conselhos Fiscais, as Comissões de Ética e os delegados aos Encontros Municipais e Zonais passaram a ser eleitos pelo voto direto dos filiados<sup>11</sup>. A Frente Ampla passou a adotar eleições diretas a partir de 2006 para os órgãos de direção e para presidência e vice-presidência a partir de 2012. Entre os socialistas chilenos os candidatos à presidência encabeçam as listas nacionais para o Comitê Central – posteriormente tanto o Presidente, como o Secretário Geral são eleitos pela maioria absoluta dos votos dos membros do Comitê. Em todos os casos, a proporcionalidade é a regra de composição adotada<sup>12</sup>. O único estatuto a fazer referência explícita à representação dos diversos setores políticos nos órgãos de direção é o da Frente Ampla.

Numericamente, levando-se em conta as dimensões do eleitorado, a participação na FA é mais expressiva. Não obstante a ocorrência de um recuo em relação a 2006, as eleições internas de 2012 contaram com a participação de 170.770 votantes, o que corresponde a 6,5%

---

<sup>11</sup> Mandato de três anos, ampliado para quatro a partir de 2012. Votam os filiados há pelo menos um ano e em dia com a contribuição ao partido.

<sup>12</sup> A Mesa Executiva do PSCh é composta por sete membros, enquanto a da FA possui quinze dirigentes. No caso do PT, a atual Comissão Executiva nacional é composta por vinte e dois dirigentes.

do eleitorado uruguaio (Ponte, 2013). No PSCh as eleições internas de 2015 contaram com a participação de 31.000 militantes, o que corresponde a menos de 0,5% do eleitorado do país. O contingente é praticamente o mesmo de 2006 e menor do que o de 2008<sup>13</sup>. No PT, o número de filiados aptos a votar aumentou até 2009, mas registrou queda em 2013<sup>14</sup>. De toda maneira, o nível de participação desde 2001 esteve em torno de 40%. No processo de 2013, participaram cerca de 420.000 petistas, o que corresponde a aproximadamente 0,3% do eleitorado brasileiro.

Por fim, no que se refere à organização interna, resta saber como se verificam as alianças e como se resolvem os conflitos em torno do poder dentre os diversos atores que integram os partidos. Nos termos de Panebianco (1988), é preciso entender quais são as características, ainda que em termos mais gerais, das coalizões em cada caso.

O primeiro ponto a destacar refere-se a certa semelhança de trajetória. Como enfatizam Levistky e Roberts (2011), nos três casos a experiência das lideranças com a ditadura militar e com a crise do socialismo contribuiu para a progressiva aceitação do jogo representativo. Mais ainda, houve um longo aprendizado institucional. PT e FA perderam eleições ao longo de sua história e, como diria Przeworski (1994), apenas desejavam participar da próxima. Viram crescer progressivamente suas bancadas parlamentares e, notadamente, ocuparam cargos executivos subnacionais antes de chegar à Presidência da República. Ao fim e ao cabo, uma trajetória oposicionista toda ela por dentro das instituições. Finalmente, a chegada ao governo central se deu em um contexto de estabilidade democrática, instituições robustas, presença de uma oposição de centro e de direita no Congresso e um nível de mobilização e protesto relativamente baixo. Ainda que em ritmo diferenciado e partindo de pontos distintos – em sua origem o FA é mais claramente antisistêmico do que o PT – ambos os partidos passaram por processo semelhante de moderação e adaptação à democracia representativa e sua chegada ao governo, longe de expressar uma crise, pode ser lida como evidência de consolidação do regime.

O mesmo pode ser dito a respeito do Partido Socialista Chileno, com a diferença de que neste caso a trajetória é mais longa e o aprendizado mais dramático. Uma comparação entre as Declarações de Princípio adotadas em 1933 e 1990 permite avaliar a radicalidade da mudança processada no partido. Enquanto o primeiro documento afirmava que *“la transformación evolutiva por médio del sistema democrático, no es posible porque la classe dominante se há organizado em cuerpos civiles armados y há erigido su própria ditadura(...)”*, o segundo dizia que *“La democracia, para los socialistas, es el sistema político que debe asegurar la convivencia entre los diversos componentes de la sociedad e inducir, por tanto, al desarrollo de los valores de la solidaridad y de la participación ciudadana en todas las esferas de la vida social”*<sup>15</sup>. O golpe militar desfechado em 1973 e a brutal repressão que se seguiu foram decisivos para que o partido iniciasse um processo de debate interno marcado por uma ruptura em 1979 e uma reunificação em 1990. Ao final prevaleceu a crítica às opções feitas no período Allende; o partido passou a aceitar a democracia representativa de forma incondicional e a trabalhar pela construção de uma aliança ampla e multiclassista como condição para levar a frente um processo de reformas no país (Roberts, 2011). A nova postura foi sacramentada com a participação na *Concertación*, inicialmente por meio do Partido Por La Democracia (PPD), devido a restrições legais, e logo depois de forma direta.

---

<sup>13</sup> [https://es.wikipedia.org/wiki/Partido\\_Socialista\\_de\\_Chile](https://es.wikipedia.org/wiki/Partido_Socialista_de_Chile)

<sup>14</sup> De acordo com Amaral (2013), em 2005, 774.842 membros do partido estavam aptos a participar. Em 2009, o número de filiados aptos foi de 1.322.644. No PED 2013, segundo dados da Secretaria de Organização do partido ([www.pt.org.br](http://www.pt.org.br)), votaram 421.832 filiados. Segundo dados do TSE, o PT possuía, no mesmo período 1.589.213 filiados, mas segundo o site do partido apenas cerca de 860.000 encontravam-se em condições de votar.

<sup>15</sup> <http://web.pschile.cl/>

Nos três casos, portanto, a disputa interna se realiza no contexto de um processo de moderação e aceitação do jogo representativo. Estabelecido este referencial, a diferença pode ser encontrada no equilíbrio de forças entre os diversos setores ou grupos que compõem cada partido e, de forma menos evidente, na distância entre suas preferências. No que se refere ao primeiro aspecto o PT se diferencia dos demais. No que tange ao segundo, é a Frente Ampla que se destaca.

O PT pode ser considerado um caso de coalizão dominante coesa (Panebianco, 1988). Atendendo pelos nomes de *Articulação*, *Campo Majoritário* e, mais recentemente, *Construindo um Novo Brasil*, a tendência constituída a partir do *centro* fundador do partido só perdeu o controle de sua direção por um breve período no início dos anos 1990. A retomada do controle se deu em 1995, por coincidência o momento em que uma mudança na legislação partidária brasileira fez com que os recursos públicos destinados aos partidos e provenientes do Fundo Partidário passassem a ser de fato significativos. Tal mudança, juntamente com o contínuo crescimento dos postos públicos, eletivos ou não, possibilitou um enorme incremento no volume de recursos à disposição da direção partidária. A hegemonia da corrente majoritária ganharia ainda mais fôlego com a introdução, em 2001 das eleições diretas como mecanismo de escolha dos presidentes e órgãos de direção<sup>16</sup>. Desde então, a tendência elegeria todos os presidentes do partido e manteria o controle das principais zonas de incerteza da organização, aumentando a autonomia de suas lideranças (Melo e Nunes, 2015).

Paralelamente a este processo, mas também sob sua influência, o peso das correntes mais à esquerda no partido passou a diminuir ano a ano. Por um lado, isso guarda relação com o fato de que as grandes polêmicas de caráter ideológico, como já dito, haviam sido superadas e que questões de ordem mais prática – como o exercício dos governos – exigiam atenção e energia. Por outro lado, a prevalência de um campo majoritário por longo período acabou fazendo com que as demais tendências buscassem estabelecer processos de negociação, ao invés do enfrentamento, como forma de garantir espaço na estrutura partidária. Se entre 1991 e 1994, um “racha” da *Articulação*, juntamente com setores da esquerda partidária chegaram a constituir maioria no partido, nos processos eleitorais realizados entre 1997 e 2005, a fatia de poder concernente a este bloco havia e reduzido a um terço (Ribeiro, 2014). Em 2013, as correntes de esquerda no PT – *Articulação de Esquerda*, *O Trabalho*, *Militância Socialista* e *Esquerda Marxista* – conseguiram apenas 11% dos votos para o Diretório Nacional. Ao mesmo tempo, as três principais chapas lançadas para o Diretório em 2013 guardavam divergências apenas pontuais (Melo e Nunes, 2015)<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Contrários à adoção da PED, setores minoritários no partido argumentavam que sua adoção contrariava o espírito original da organização partidária, na medida em que privilegiava a participação individualizada em detrimento daquela que fluía pelas estruturas do partido. Como relata Amaral (2013), a posição da corrente majoritária era de que o processo decisório baseado em encontros, ao privilegiar os grupos organizados, não era efetivamente representativo do conjunto dos membros do PT. Ademais, era razoável supor que, por contar com figuras públicas mais visíveis, a corrente majoritária seria favorecida na disputa política interna.

<sup>17</sup> O mapa das tendências do PT alterou-se muito ao longo dos anos. Muitos grupos tiveram existência efêmera, houve muitas mudanças de nomes, fusões e rachas. Não é o caso de reconstituir o quebra cabeça aqui. Atualmente, as tendências nacionalmente organizadas no partido são: *Construindo um Novo Brasil*, *Democracia Socialista* ([www.democraciasocialista.org.br](http://www.democraciasocialista.org.br)), além dos quatro grupos citados no texto: *Articulação de Esquerda* ([www.pagina13.org.br](http://www.pagina13.org.br)), *Movimento PT* ([www.facebook.com/movimentoPT](http://www.facebook.com/movimentoPT)), *Militância Socialista* ([www.facebook.com/militanciasocialista](http://www.facebook.com/militanciasocialista)) *O Trabalho* ([www.otrabalho.org.br](http://www.otrabalho.org.br)) e *Esquerda Marxista* ([www.marxismo.org.br](http://www.marxismo.org.br)). A *Democracia Socialista* atua desde 2005, após o escândalo do “mensalão”, no interior de um grupo mais amplo, e inorgânico, o *Manifesto ao Partido*. Além das tendências acima mencionadas, existem grupos que se articulam apenas a nível estadual, às vezes tendo como referência mandatos parlamentares.

Por sua vez, a dinâmica interna do PSCh pode ser caracterizada tanto pela inexistência de uma corrente hegemônica, como pela fluidez e proximidade ideológica entre os setores mais expressivos. A ausência de um campo majoritário claramente definido faz com que o desfecho da luta política interna seja altamente dependente das estratégias coalizacionais desenvolvidas pelas principais correntes. Mais ainda, como relatam Salcedo e Gamboa (2009) “entre el año 1992 y el año 2008 todas las directivas partidarias se basaron en alianzas grupales diferentes”. Dessa forma, ainda que Camilo Escalona, da *Nueva Izquierda*, tenha dirigido o partido por quatro períodos entre 1995 e 2010 (dos quais dois consecutivos), em cada um deles sua coligação abrigava aliados distintos. Em 2015 Escalona seria derrotado pela *Nueva Mayoría Socialista*, um heterogêneo conjunto de força articulado pela senadora Isabel Allende. Seja como for, dados sobre os processos eleitorais realizados após 2006 mostram invariavelmente um mesmo quadro: a disputa se dá entre duas candidaturas mais competitivas, cada uma delas recebendo o apoio de diversos setores, e no mínimo 80% dos votos. Grupos mais radicais, com propostas de “resgatar” a identidade socialista, correm por fora e não chegam a alcançar uma votação que lhes permita ter algum peso nos órgãos de direção do partido<sup>18</sup>.

A Frente Ampla fornece um bom exemplo de coalizão dominante dispersa onde a estabilidade organizacional encontra-se fortemente vinculada a uma dinâmica consociativa estabelecida entre as facções mais relevantes. E, tal como entre os socialistas chilenos, a presença de tais facções em um contexto onde nenhuma delas se sobrepõe de forma definitiva será um traço marcante do partido. Como mostra Yafeé, no período entre 1971 e 2009, o peso relativo das distintas facções varia de forma acentuada entre uma eleição e outra:

“Como resultado de ello, las posiciones relativas de las fracciones varían una y otra vez. Sólo dos alcanzaron el primer lugar en más de una ocasión: el PCU en 1971 y en 1989, y el MPP en 2004 y 2009 [y hasta 2004 ningún sector había logrado tener la mayoría simple por dos periodos electorales consecutivos]. Por último, ninguna fracción alcanzó nunca la mayoría absoluta de los votos del FA; la que más se aproximó fue el PCU en 1989, cuando alcanzó el 47% del electorado frenteamplista” (2013:80).

Dados mais recentes, apresentados por Ponte (2013), mostram que nas eleições internas de 2012, a facção então majoritária (o Movimiento de Participación Popular – MPP) viu sua influência na Plenária Nacional se reduzir de 33% para 19,8%, a mesma força do Partido Socialista. Na disputa pela presidência do partido, quatro candidatos tiveram votação expressiva e os postulantes mais próximos a Mujica foram derrotados por Mónica Xavier, apoiada pelo PS e pela Frente Líber Seregni<sup>19</sup>. Relativamente ao PSCh, a FA, além de um cenário mais fragmentado, revela maior espaço para forças à esquerda, a começar pelo MPP.

A ausência de uma corrente hegemônica no interior do partido, aliada à imperiosa necessidade de manter a disciplina das bancadas no Congresso, em um contexto de governo unipartidário dotado de exígua maioria, tornou obrigatória a participação das principais facções nos ministérios de Vázquez e Mujica. No primeiro governo, como relatam Chasqueti, Buquet e Cardarello (2013), na busca de coesão o Presidente da República nomeou os líderes das principais facções para o seu Ministério, além de entregar a pasta de Economia y Finanzas a Danilo Astori, líder da corrente adversária nas eleições internas – gesto que seria repetido por seu sucessor. [ver dados no slide URU e CH]

Ainda que mantivessem três das quatro pastas mais importantes sob controle de sua corrente, tanto Vázquez como Mujica alcançaram um alto Índice de Congruência na distribuição dos

<sup>18</sup> Isabel Allende obteve, em 2015, 57,8% dos votos contra 34,6% de Escalona. Em 2006 e 2008, Escalona obteve 48,1% e 57,8 contra 37,2 e 28,6 de Allende. A corrente *Tercerismo* que havia se alinhado a Escalona nas disputas anteriores, em 2015, se colocou contra sua recondução à Presidência do partido.

<sup>19</sup> Mónica Xavier obteve 43% dos votos. O candidato do MPP (Ernesto Agazzi) ficou com 23%; Enrique Rubio (Lista 5005, Vertiente Artiguista e setores próximos a Mujica), com 18% e Juan Castillo (Partido Comunista) com 16%<sup>15</sup>.

postos *vis a vis* a distribuição de poder no interior do partido – 0,801 e 0,835, respectivamente<sup>20</sup>. Ademais, Mujica adotou um critério horizontal na montagem de seu Ministério, de forma a designar o primeiro e o segundo lugares de cada pasta a uma corrente distinta (Chasqueti, Buquet e Cardarello, 2013). Por fim, o quadro interno de fragmentação, aliado à necessidade (governamental) de manter uma bancada coesa fez com que as relações entre partido e governo possibilitassem momentos de relativa autonomia do primeiro, como demonstra o veto à iniciativa de Vázquez de assinar um tratado de livre comércio com os EUA (Luna, 2010; Lanzaro, 2011).

A relação entre partidos e governo nos casos do Brasil e do Chile mostrou-se distinta. No caso do PSCh, a participação no governo tem menor impacto uma vez que é fortemente intermediada pelas relações no interior da *Concertación*, em um processo que, diga-se de passagem, tem início desde a indicação das candidaturas para a Câmara e o Senado – até 2015 o sistema eleitoral binominal fazia com que a definição dos candidatos dependesse, em última instância, de decisões tomadas entre os partidos da coalizão (Luna y Rosenblatt, 2012). Da mesma forma, o equilíbrio no interior da coalizão é o que explica o fato de que o Partido Democrata Cristão tenha ocupado 49,1% dos postos ministeriais no governo Lagos e 34,8% no primeiro governo de Bachelet. No primeiro caso os socialistas apareciam como o segundo partido em número de ministérios, com 20,8%, enquanto no segundo seriam superados também pelo Partido Por la Democracia. Segundo Dávila, Lavados e Avendaño (2013), a distribuição baseia-se na proporcionalidade e é coerente com uma estratégia para manter o centro político como eixo da coalizão. Tal estratégia terminou por reforçar o processo de convergência ideológica no interior do PSCh, adequando-o ao caráter moderado dos governos da esquerda chilena pós-redemocratização.

No Brasil, desde 2002, o PT ocupou mais de 50% das pastas nos mandatos Lula e Dilma refletindo (1) a necessidade de controlar as áreas chaves do governo *vis a vis* o amplo e heterogêneo espectro de forças contido na base aliada e (2) incluir agendas ligadas a temas “minoritários” e caros a diversos setores de sua base social. Mas, de forma coerente com o desenvolvimento da correlação de forças no interior do partido, a esmagadora maioria dos postos ministeriais, excetuando-se aqueles da “cota pessoal” do presidente, foi destinada a lideranças diretamente ligadas à tendência majoritária. Esta, por sua vez, sempre demonstrou um alinhamento quase automático ao governo. Particularmente, após o afastamento e prisão do ex-ministro José Dirceu e a vitória de Lula nas eleições de 2006, a possibilidade que a máquina partidária apresentasse qualquer resistência ao partido na “esfera pública” passou a ser pouco expressiva. A comparação com a situação experimentada na FA é inevitável: enquanto José Mujica derrotou o candidato do Presidente Tabaré Vázquez nas prévias para a eleição presidencial de 2009, em 2010, respaldado pela corrente majoritária, Lula impôs a candidatura de Dilma – conhecida por seu perfil técnico e sem maior vínculo com a trajetória e a militância petista, sem que o partido conseguisse esboçar uma reação de peso. E mesmo sob Dilma o quadro se manteve: o presidente do PT, eleito em 2013 com 70% dos votos, mantinha um alinhamento quase que absoluto com o governo (Melo e Nunes, 2015)<sup>21</sup>.

O último aspecto a ser considerado na comparação remete ao grau de autonomia dos governos no que se refere às suas bases partidárias. Ainda que críticos ao modelo neoliberal, PSCh, PT e FA, não conduziram seus governos de modo a romper com seus lineamentos macroeconômicos ou a avançar de forma mais radical no reposicionamento do Estado no

---

<sup>20</sup> O valor 1 corresponde à maior correspondência possível entre % de postos ministeriais e peso no interior do partido. No primeiro governo Vázquez, 50% das pastas foram ocupadas por ministros das principais correntes: MPP(2); Partido Comunista, Partido Socialista, Asamblea Uruguai, Alianza Progressista e Vertiente Artiguista, 1 cada. No governo Mujica, o MPP dobrou sua participação, em detrimento do número de ministros “independentes” (Buquet e Chasqueti, 2005; Ponte, 2013).

<sup>21</sup> O segundo colocado, vinculado à *Mensagem ao Partido*, alcançou 20% dos votos.

processo produtivo. Mas de todo modo, mesmo que sem recorrer a mecanismos de pressão extraparlamentar sobre as instituições, os três partidos tinham satisfações a prestar às suas bases.

PT, FA e PSCh são “primos distantes” dos partidos de massa europeus e, como tal, foram todos submetidos à tendência de se transformarem em máquinas “eleitorais-profissionais”. Na opinião de Lanzaro (2011), Handlin e Collier (2011) e Levitsky e Roberts (2011), as marcas de origem estariam mais claras na Frente Ampla, uma vez que o partido apresenta índices de identificação robustos e vínculos mais consistentes com os movimentos sociais, em especial o movimento sindical. Desde os anos 1960, a esquerda uruguaia sempre manteve fortes relações com o movimento sindical em um processo que contribuiu tanto para a unificação das federações, como para o próprio surgimento e sucesso da Frente Ampla. Tais laços foram reforçados no contexto da resistência às reformas neoliberais nos anos 1990 e mais ainda a partir do governo Tabaré Vázquez, seja por meio da participação direta de dirigentes de extração sindical no eixo governo-poder legislativo, seja por meio da reedição dos *Consejos de Salarios*, mecanismo tripartite de negociação salarial e de condições de trabalho.

Na opinião de Handlin e Collier (2011), o cenário de fragmentação enfrentado pelo PT e pelos socialistas chilenos possuiria relação direta com a maior dificuldade enfrentada pelos dois partidos, se comparados com a Frente Ampla, para manter sua identidade e os vínculos com os movimentos sociais. Em outras palavras, o contexto em que ambos os partidos foram obrigados a trabalhar teria contribuído para diminuir o impacto do “modelo genético” sobre a configuração atual em cada um dos casos. Também Levitsky e Roberts (2011) colocam os petistas e os socialistas chilenos em pé de igualdade.

O mais correto, no entanto, seria estabelecer uma diferenciação entre os dois partidos uma vez que o distanciamento observado no caso do PSCh, em relação ao modelo do partido de massas, é maior do que o verificado no PT. Dois motivos podem ser apontados para tanto. Em primeiro lugar, o impacto do processo de reformas pró-mercado sobre a base dos socialistas no Chile foi muito mais intenso do que o verificado no Brasil. O completo desmantelamento do modelo de substituição de importações no Chile desarticulou de forma radical os interesses a ele ligados. Como mostra Luna (2010) as lentas mudanças efetuadas pelo PSCh, como o Plan Auge, que no governo Lagos reduziu a desigualdade na provisão de serviços de saúde, e a introdução no governo Bachelet de uma aposentadoria universal não vinculada à contribuição, partiram de iniciativas do governo e não contaram com o protagonismo de grupos de interesse ou movimentos sociais. Em segundo lugar, é preciso levar em conta a diferença nas trajetórias. Desde sua origem, o PT não sofreu qualquer interrupção em seu desenvolvimento organizacional e institucional. No curso desse processo, até a conquista do governo federal, delimitou um espaço próprio de atuação, evitou coligações com os partidos do *status quo* e conseguiu estabelecer um eixo diferenciado para a competição política, o que possibilitou a conformação de uma base social capaz de conferir de índices de identificação partidária superiores a 20% a partir do final dos anos 1990 e até 2012, quando atingiu o pico de 31%<sup>22</sup>. No caso do PSCh, ao contrário, a trajetória recente, como sócio não majoritário na *Concertación*, dificultou a delimitação de um perfil e um espaço próprio de atuação – o resultado foi um progressivo esgarçamento de seus vínculos com a sociedade civil até chegar, em 2010, a níveis de identificação inexpressivos entre o eleitorado (Roberts, 2014).

O PT estaria, portanto, a meio caminho entre a FA e o PSCh no que se refere ao grau de responsividade em relação à sociedade civil e, mais especificamente, à sua base social. No governo, o partido procurou manter suas relações com os movimentos sociais. São evidências disso a energia dispendida – em especial por meio da Secretaria Geral da Presidência da República – no trabalho de articulação e negociação com os mais diversos setores da

---

<sup>22</sup> Dados do DataFolha.

sociedade, a criação das Secretarias de Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial (todas com *status* de Ministérios) ou o forte incremento das diversas formas de participação (Conferências e Conselhos Nacionais) desde 2002. Outra via se deu pela absorção das lideranças pela máquina estatal, seja nos cargos superiores de direção e assessoramento, seja à frente dos fundos de pensão (Soares, 2013). Não obstante, os governos petistas pouco avançaram em algumas das pautas caras aos movimentos sociais. O exemplo mais marcante ficou por conta da proposta de reforma sindical e trabalhista. Apesar do empenho de Lula e da criação em 2003 do Fórum Nacional do Trabalho as negociações não levaram a lugar nenhum. Também vale lembrar as enormes dificuldades enfrentadas pelos governos petistas nas questões de ordem comportamental. Para além de um quadro de dispersão e fragilidade da sociedade civil organizada no Brasil – apenas no que se refere a Centrais Sindicais o país conta hoje com oito, cinco delas reconhecidas pelo Ministério do Trabalho e todas dotadas de reduzido poder de mobilização – nos dois casos pesou de forma decisiva o poder de veto dos setores conservadores no interior da coalizão governista. Seja como for, o partido manteve pelo menos parte de sua base. Em estudo realizado há alguns anos, Amaral (2011) apresenta evidências de que o PT não apenas continuava conectado à sociedade civil, como ostentava um crescimento no número de membros após o final do primeiro governo Lula. E mesmo depois do brutal desgaste sofrido a partir de 2014 com o escândalo de corrupção envolvendo a Petrobrás e com a crise do governo Dilma Rousseff – o que fez com que os índices de identificação entre o eleitorado caíssem a 12% no final de 2015<sup>23</sup> – ainda foi capaz de colocar centenas de milhares de cidadãos nas ruas contra o impeachment da presidente entre o final de 2015 e o início de 2016<sup>24</sup>.

### ***Primeiras impressões***

O objetivo deste texto foi o de analisar, ainda que forma inicial, as diferenças entre PT, PSCh e FA, no que se refere ao processo que possibilitou um aumento de recursos, poder decisório e autonomia das lideranças vinculadas à “esfera pública” do partido. Levando em conta o modelo originário de cada partido, seu posterior desenvolvimento organizativo e o grau de constrangimento relativamente às suas bases sociais, foi possível perceber que PT e FA apresentam-se como os dois casos mais diferenciados, ficando os socialistas chilenos em posição intermediária. Mais ainda, parece possível afirmar que a variável chave no desenvolvimento dos três partidos esteve no seu modelo genético, confirmando a tese de Panebianco.

No caso do PT, o *centro* formado a partir de São Paulo nunca enfrentou competidores à altura na luta interna. A tendência atualmente denominada *Construindo um Novo Brasil* foi, sem sombra de dúvida, a maior responsável pelo sucesso do partido, seja no que se refere à construção de uma máquina com presença em mais de 95% dos municípios brasileiros, seja no que se refere à trajetória de moderação no plano programático e das alianças que conduziu a legenda à Presidência da República. As organizações de esquerda que aderiram ao partido possuíam inserção social muito limitada e viram sua força diminuir na medida em que foram confrontadas com o objetivo da corrente majoritária de conformar um partido dotado de maior coesão. Os principais desafios ao *centro* surgiram a partir de cisões em seu interior, mas a corrente soube reconectar as relações, ao mesmo tempo em que atraía grupos menores para sua área de influência em uma dinâmica que Ribeiro (2014) caracterizou como de cooptação. A adoção de eleições diretas para todos os órgãos de direção e suas presidências, em 2001, veio

---

<sup>23</sup> Instituto Datafolha.

<sup>24</sup> O fato de que tais manifestações tenham sido numericamente inferiores às que exigiam o afastamento da presidente não diminui sua relevância. Em dezembro de 2015 cerca de um milhão de pessoas foram às ruas em todo o país para defender o mandato de Dilma.



reafirmar e reforçar uma hegemonia construída anteriormente, além de marcar o predomínio definitivo do partido na “esfera pública” sobre a máquina partidária. Na mesma direção, a vitória para a Presidência da República em 2002 possibilitou o aumento exponencial do fluxo de recursos à disposição da corrente majoritária, quer se tratasse de recursos legais – dotação do Fundo Partidário e doações ao “caixa 1” do partido – ou ilegais, como nos casos de propina arrecadada como compensação à contratação, pelo governo, de serviços de grandes empresas.

Ao fim e ao cabo, pode-se dizer que a “presidencialização” do PT realizou-se de forma cabal, mas não na forma de um afastamento entre Lula e seu partido, como parecem entender Samuels e Shugart (2010), e sim como resultado de um processo onde uma coalizão dominante dotada de forte coesão passou a controlar um volume de recursos que, em definitivo, desequilibrou a luta interna e a permitiu atuar com ampla autonomia. Tal coalizão, gestada inicialmente no interior da máquina partidária, progressivamente passou a controlar o partido desde a “esfera pública”, em uma trajetória em tudo semelhante à descrita por Katz e Mair (2002). Nesse processo, o PT conseguiu manter parte de sua base social e bloquear o crescimento de alternativas à sua esquerda, fossem as mais radicais, como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), fossem as mais moderadas, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). E se o maior trunfo de tal coalizão foi a conquista da Presidência da República, também foram de sua responsabilidade as duas grandes crises enfrentadas pelo partido a partir dos episódios do “mensalão” (2005) e da Lavajato (2014). Por ocasião do primeiro os militantes petistas, completamente aturdidos, começaram a descobrir até que ponto havia chegado a autonomia conseguida pela corrente majoritária e, em especial, pelo seu núcleo dirigente mais restrito. Anos mais tarde, constataram que nada havia mudado e viram o capital político do partido desidratar-se a ponto de comprometer sua capacidade de manter algum protagonismo no cenário político nacional (Melo, 2016).

Constituída a partir de um conjunto de outras organizações, a Frente Ampla não assistiu a emergência em seu interior de uma corrente hegemônica. Desde sua fundação, o partido encontrava-se claramente dividido entre alternativas situadas à esquerda e à direita. Segundo dados apresentados por Yafeé (2013), as listas para o Senado do Partido Comunista e do Partido Socialista em 1971 foram responsáveis por 45% dos votos da FA, enquanto as listas do Partido Demócrata Cristão e do Movimiento por el Gobierno del Pueblo haviam contribuído com 34% da votação do partido. Em 1989, a saída destas duas últimas facções para formar o Nuevo Espacio<sup>25</sup>, fez com que a balança pendesse de forma acentuada para a esquerda e as listas socialistas e comunistas conquistassem 67% na votação para o Senado. Após o fim da URSS e a crise do socialismo, no entanto, o cenário se alteraria. Ainda que o partido Socialista tenha conseguido manter seu patamar de apoio, os comunistas despencaram de 46% em 1989 para 9,3% em 1994. A partir de então, o Movimiento de Participación Popular emerge como principal facção à esquerda, mas o jogo se equilibraria à direita com base no apoio conseguido pelas facções Asamblea Uruguai, Vertente Artiguista e Alianza Progressista.

Ainda é cedo para dizer qual será o impacto da introdução do processo de eleições diretas para a presidência sobre a dinâmica interna do partido. De toda forma é razoável supor que o impacto será diferenciado relativamente ao PT. De um lado, devido à maior organicidade no lado uruguaio – enquanto os núcleos de base petistas sucumbiram nos primeiros anos, no caso da FA persistem até hoje. De outro, devido ao fato de que a situação de pluralismo interno

---

<sup>25</sup> O Nuevo Espacio (NE) disputou as eleições de 1989 e 1994, obtendo 9,1% e 5,2% dos votos. Vale destacar que a soma dos votos dos candidatos da FA e do NE superava, em 1994, a votação dos três candidatos do Partido Colorado (35,8 versus 32,3). Como a eleição definia-se no primeiro turno, é razoável supor que, na ausência do racha, a FA poderia ter antecipado sua chegada à Presidência. Posteriormente o Nuevo Espacio retorna à Frente Ampla o que contribuiu para a vitória, em primeiro turno, de 2004.

tem raízes profundas e não parece sujeita a modificação no curto prazo. Da mesma maneira, a chegada ao governo em 2004 não gerou, como no PT, um extraordinário processo de concentração de recursos nas mãos de um reduzido grupo dirigente e tampouco fez com que a dinâmica partidária, e em especial a luta interna em torno das posições de poder, tenha se submetido aos ditames emanados pelo partido na “esfera pública”. Por fim, tal como no caso do PT, a Frente Ampla conseguiu evitar a emergência de competidores à esquerda na medida em que moderava suas posições. Mas sua ligação com os movimentos sociais mantém-se mais forte, assim como sua dependência, em termos de apoio eleitoral, dos setores corporativos e da classe média, dependentes da renda do estado (Luna, 2010). Ambos os fatores, contribuem para diminuir o grau de autonomia dos dirigentes frenteamplistas.

O PSCh foi constituído a partir de algumas organizações socialistas preexistentes, mas de curta trajetória e baixo grau de institucionalização. Ao contrário da Frente Ampla não adota uma característica frentista, preferindo optar por uma organização nos moldes leninistas. Tal opção, no entanto, não geraria uma coalizão dominante coesa e o partido teria uma história marcada por intensa luta interna, cisões e reunificações. Quando, em 1990, os socialistas chilenos voltam ao governo, no bojo da *Concertación*, suas concepções programáticas e organizacionais, sua política de alianças e sua dinâmica interna seriam marcadamente distintas daquela experimentada até 1973. Mas novamente a dinâmica interna se desenvolveria sem gerar um campo hegemônico, de forma que o desfecho da luta pelo poder passaria a depender fundamentalmente das coalizões firmadas a cada momento entre tendências dotadas de baixa organicidade e fluidez e relativamente próximas entre si. Por outro lado, a dinâmica interna sofreria pouca influência, tanto da eleição de Ricardo Lagos, como de suas bases sociais. No primeiro caso, a política em vigor na *Concertación* – tanto no que se refere à composição das listas para o poder legislativo, como no que diz respeito à distribuição de pastas ministeriais – mantém-se a mesma, de forma que a força do partido na “esfera pública” tampouco se altera. No segundo, em parte como resultado das transformações estruturais realizadas ainda no período de Pinochet e em parte devido às mudanças em suas concepções, o PSCh, desde o retorno à democracia, passa a atuar como um partido eleitoral profissional no qual a vinculação com as bases sociais seria cada vez mais tênue.

### Referências bibliográficas

AMARAL, Oswaldo (2013). “As transformações nas formas de militância no interior do PT - maior inclusão e menor intensidade”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82.

BOIX, Charles (2007). “The Emergence of Parties and Party Systems”, In: Boix and Stokes (eds.) **The Oxford Handbook of Comparative Politics**. Oxford U. Press.

BUQUET, Daniel e CHASQUETTI, Daniel (2005). “Elecciones Uruguay 2004: descifrando el cambio”, **Revista de Ciencia Política**, vol. 25, n. 2.

BUQUET, Daniel e PIÑEIRO, Rafael (2013). “Elecciones Uruguayas 2009-2010: la consolidación de un nuevo sistema de partidos”, in: Alcántara-Saez e Tagina (eds), **Elecciones y Política en America Latina 2009-2011**. México: Instituto federal Electoral, Cámara de Diputados y Senado de la Republica.

CAMERON, M. (2009). “Latin’s America Left Turn: beyond good and bad”. **Third World Quartely**, 30 (8).

CAMERON, M. and HERSHBERG, E. (2010). **Latin America’s Left Turn – politics, policies & trajectories of change**. Colorado: Lynne Rienner Publishers.

CHASQUETTI, D.; BUQUET, D. e CARDARELLO, A. (2013). "La designación de gabinetes en Uruguay: estrategia legislativa, jerarquía de los ministerios y afiliación partidaria de los ministros". **America Latina Hoy**, 64, pp. 15-40.

CROTTY, William (2006). "Parties transformations: the United States and Western Europe", in: Kats and Crotty (eds.), **Handbook of Political Parties**.

DALTON, R. and WATTENBERG, M. (2000). (eds.), **Parties without partisans**. Oxford University Press.

DALTON, R. (2004). **Democratic Challenges. Democratic Choices**. Oxford U. Press.

Mireya DÁVILA, M., OLIVARES LAVADOS, A. , AVENDAÑO, O. (2013). "Los Gabinetes de La Concertación en Chile (1990-2010). **América Latina Hoy**, 64, pp. 67-94

GAMBOA, R. y SALCEDO, R. (2009). "EL faccionalismo en el Partido Socialista de Chile (1990-2006): características y efectos políticos en sus procesos de toma de decisión". **Revista de Ciencia Política**, 29, 3, pp. 667- 692.

GARCÉ, Adolfo y YAFFÉ, Jaime (2006). "La izquierda uruguaya (1971-2004): Ideología, estrategia y programa" **America Latina Hoy**, vol. 44

HANDLIN, Samuel e COLLIER, Ruth (2011). "The diversity of left party linkages and competitive advantages", in Levitsky e Roberts (eds), **The Resurgence of Latin American Left**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

KATZ, R and MAIR, P. (1993). 'The Evolution of Party Organizations in Europe: The Three Faces of Party Organization', in W. Crotty (ed.), *Political Parties in a Changing Age*, special issue of *American Review of Politics*, 14: 593–617.

KATZ, R. and MAIR, P. (2002). "The Ascendancy of the Party in Public Office: party organization change in twentieth-century democracies", in: Gunther, Monteiro & Linz (orgs.), **Political Parties – old concepts and new challenges**. Oxford U. Press.

KIRCHHEIMER, Otto (1966). "The Transformation of the Western Party Systems", in La Palombara and Weiner (orgs), **Political Parties and Political Development**. Princeton University Press.

KOOLE, Ruud (1996) 'Cadre, Catch-all or Cartel? A Comment on the Notion of the Cartel Party', *Party Politics* 2: 507–23.

LANZARO, Jorge, 2004, "La izquierda se acerca a los uruguayos y los uruguayos se acercan a la izquierda. Claves del desarrollo del Frente Amplio", en Jorge Lanzaro (coord.), *La izquierda uruguaya entre la oposición y el gobierno*, Montevideo, Editorial Fin de Siglo, pp. 13-107.

LANZARO, J. (2008). "La social democracia criolla". **Nueva Sociedad**, 217.

LANZARO, Jorge (2010). "Uruguay: Persistence and Change in an Old Party Democracy", in: Lawson e Lanzaro (eds). **Political Parties and Democracy – volume I**. California: PRAEGER.

LANZARO, Jorge (2011). "Uruguay: A Social Democratic Government in Latin America", in Levitsky e Roberts (eds), **The Resurgence of Latin American Left**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

LEVITSKY, Steven (2005). **La transformación del Justicialismo. Del Partido Sindical al Partido Clientelista**. Buenos Aires, Siglo XXI. Caps. I e IX

LEVITSKY, Steven e ROBERTS, Kenneth (2011). "Introduction: Latin America's "Left Turn": a framework for analysis", in Levitsky e Roberts (eds), **The Resurgence of Latin American Left**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

- LUNA, J.P. (2007). "Frente Amplio and the Crafting of a Social Democratic Alternative in Uruguay". **Latin American Politics and Society**, 49:4.
- LUNA, J.P. e Filgueira (2009). "The left turn as a multiple paradigmatic crises". **Third World Quarterly**, 30 (2)
- LUNA, Juan Pablo (2010). "The Left Turns: why they happened and how they compare", in Cameron e Hershberg (eds.), **Latin America's Left Turns – politics, policies & trajectories of change**. Colorado: Lynne Rienner Publishers.
- MADRID, R. (2010). "The origins of the two lefts in Latin America" **Political Science Quarterly**, 125, n. 4.
- MAIR, Peter (1994). "Party organization: from civil society to the State", in: Katz and Mair (eds.) **How Parties Organize**. London: Sage.
- MAIR, Peter (1995). "Changing Models of Party Organization and Democracy: the emergence of the Cartel Party". **Party Politics**, 1.
- MELO, Carlos Ranulfo e NUNES, Felipe (2015). "Political parties: the case of Brazil". In: Passarelli (org.) **The Presidentialization of Political Parties**. Palgrave McMillan.
- PANEBIANCO, A. (1988). **Political Parties: Organization and Power**. Cambridge University Press.
- POGUNTKE, Thomas and WEBB, Paul (Eds.) (2005). **The Presidentialization of Politics**. New York: Oxford University Press.
- PONTE, Germán (2013). "Uruguay: ¿el año bisagra?". **Revista de Ciencia Política**, vol. 33, n. 1.
- RIBEIRO, P. Floriano (2014). "An Amphibian Party? Organisational Change and Adaptation in the Brazilian Workers' Party, 1980–2012". **Journal of Latin American Studies**, 46.
- ROBERTS, K.M. (2007). **Repoliticizing Latin America: the revival of populist and leftist alternatives**. Washington DC: Woodrow Wilson Center.
- SAMUELS, David e MATTHEW, Shugart (2010). **Presidents, parties and prime ministers**. Cambridge University Press.
- SCARROW, Susan (2000). "Parties without members? Party organization in a changing electoral environment", in Dalton e Wattenberg (eds.), **Parties without partisans**. Oxford University Press.
- SELIGSON, M. A. (2007). "The Rise of Populism and the Left in Latin America". **Journal of Democracy**, vol. 18 (3).
- SOARES, José de Lima (2013). "As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula". **Revista Sociedade e Estado**, vol. 28, n.3.
- YAFFÉ, Jaime (2013). "Competencia interna y adaptación partidaria en el frente amplio de Uruguay". **Perfiles Latinoamericanos**, n. 41, janeiro-junho, pp. 71-94
- WEYLAND, K. (2009). "The Rise of Latin America's Two Lefts: Insights from Rentier State Theory". **Comparative Politics**, vol. 41 (2).
- WEYLAND, K.; MADRID, R.; HUNTER, W. (2010). **Leftist governments in Latin America – success and shortcomings**. Cambridge University Press.
- WOLINETZ, Steven (2002). "Beyond the catch-all party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies", em Gunther, Richard; Montero, José R. & Linz, Juan. **Political parties: old concepts, new challenges**. Oxford: Oxford University Press.

